



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VALDINÉIA FERREIRA DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CENTRO DE  
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABAETETUBA E AS AÇÕES DE  
INTERVENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCOS E  
VULNERABILIDADES.**

ABAETETUBA-PA

2018

VALDINÉIA FERREIRA DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CENTRO DE  
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABAETETUBA E AS AÇÕES DE  
INTERVENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCOS E  
VULNERABILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação da Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

ABAETETUBA-PA

2018

VALDINÉIA FERREIRA DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABAETETUBA E AS AÇÕES DE  
INTERVENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCOS E  
VULNERABILIDADES.**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza (Orientador)

---

Membro: (Examinador – UFPA)

---

Membro: (Examinador – UFPA)

Aprovado em: / /2018

Conceito: \_\_\_\_\_

ABAETETUBA-PA  
2018

Com muito amor, enorme carinho e eterna admiração dedico este trabalho de conclusão de curso a toda minha família que contribuíram e contribuem com seus ensinamentos e palavras de incentivo na formação de minha identidade.

VALDINÉIA FERREIRA DA SILVA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por seu grande amor, pela oportunidade que me concedeu de um dia chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais Miguel Vilhena Ferreira e Dinalva Gomes Ferreira por me ensinarem a incentivarem a lutar e nunca desistir.

Ao meu amado esposo Evandro Sérgio Costa da Silva pelo amor e paciência com que me acompanhou durante esses quatro anos e meio.

A minha filha Viviane Ferreira da Silva que sempre esteve ao meu lado e nunca me negou uma palavra de incentivo e muito me ajudou nos momentos que precisei, ao meu filho Emanuel Ferreira da Silva, por toda compreensão quando não pude estar disponível, obrigada por toda paciência que tiveram para comigo nos momentos tensos que passei e pela força e incentivo nos momentos de fraqueza, amo vocês.

Ao meu parceiro Naldo Costa que sempre me acompanhou desde o início da minha trajetória na ufpa, sua ajuda foi extremamente importante para a realização deste sonho.

A minha cunhada Ednilza Maria da Silva Santos por toda ajuda, toda força e incentivo necessários para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de trabalho em especial a Jakeline Baia por seu incentivo e compreensão quando precisei me ausentar.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com a árdua caminhada pela qual sou imensamente feliz de estar chegando ao final.

A minha turma de pedagogia 2014 por todos os conhecimentos adquiridos e compartilhados durante a nossa trajetória, a minha equipe, pessoas maravilhosas que levarei para o resto da vida como bons amigos.

Ao meu orientador Dr. Alexandre Augusto Carl e Souza por sua paciência por me acolher e compartilhar comigo os seus conhecimentos.

Os efeitos da participação, apesar de alguns obstáculos e riscos, são importantes porque ampliam e fortalece o processo decisório, fazem com que as escolhas reflitam as opiniões, gerem e disseminem responsabilidades e produzam sustentabilidade.

(Alexandre Cals)

## RESUMO

SILVA; Valdinéia Ferreira da. **As políticas públicas de assistência social: o centro de referência de assistência social de Abaetetuba e as ações de intervenção às crianças e adolescentes em riscos e vulnerabilidades.** Trabalho de conclusão de curso (graduação pedagogia) Universidade Federal do Pará. Abaetetuba, 2018.

O presente trabalho tem por tema As Políticas Públicas da Assistência Social: O Centro de Referência da Assistência Social de Abaetetuba e as ações de intervenção às crianças e adolescentes em riscos e vulnerabilidades. Tem por objetivo geral investigar as práticas socioeducativas realizadas no Projeto Sementes do Amanhã através dos programas sociais do CRAS- São Sebastião juntamente com a Secretaria de Assistência Social. Tendo como objetivos específicos Identificar através das vivências dos agentes envolvidos na pesquisa (aluno, ex-aluno, educadora social) a importância do projeto Sementes do Amanhã e como ele vem contribuindo no desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos das crianças e adolescentes. A metodologia da pesquisa baseou-se em pesquisa de campo, entrevistas, registros fotográficos e revisão da literatura. A pesquisa foi realizada no CRAS do São Sebastião em Abaetetuba que atende pessoas em vulnerabilidade e risco social. Os resultados nos permitem inferir que é de extrema importância o trabalho desenvolvido através de práticas socioeducativas desenvolvidas no Projeto Semente do Amanhã, pois proporciona às crianças e adolescentes a compreensão da importância de vivenciar valores e princípios na convivência familiar, grupal e social, relacionando direitos e deveres, como foco de prevenção e proteção.

**PALAVRAS CHAVES:** Políticas Públicas, Crianças, Adolescentes, Cras

## ABSTRACT

SILVA; Valdinéia Ferreira da. **Public social assistance policies: the Abaetetuba social assistance referral center and intervention actions for children and adolescents at risks and vulnerabilities.** Completion of course work (graduation in pedagogy) Federal University of Pará.  
Abaetetuba, 2018.

The present work has the theme Public Policies of Social Assistance: Abaetetuba Reference Center for Social Assistance and actions to intervene children and adolescents in risks and vulnerabilities. Its main objective is to investigate the socio-educational practices carried out in the Seeds of Tomorrow Project through the social programs of CRAS-São Sebastião together with the Social Assistance Secretariat. Having as specific objectives To identify through the experiences of the agents involved in the research (student, former student, social educator) the importance of the Seeds of Tomorrow project and how it has contributed in the development of potentialities, abilities, talents of children and adolescents. The research methodology was based on field research, interviews, photographic records and literature review. The research was carried out at the São Sebastião CRAS in Abaetetuba that serves people in vulnerability and social risk. The results allow us to infer that it is extremely important the work developed through socio-educational practices developed in the Seed Project of Tomorrow, since it gives children and adolescents an understanding of the importance of experiencing values and principles in family, group and social coexistence, relating rights and as a focus of prevention and protection.

**KEY WORDS:** Public Policies, Children, Adolescents, Cras

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO 1.....</b>	<b>12</b>
1 CRAS E AS AÇÕES DE INTERVENÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCOS E VUNERABILIDADES .....	12
1.1- A HISTÓRIA DA ASSISTENCIAL SOCIAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	12
1.2- CRAS E AS AÇÕES DE INTERVENÇÃO: OBJETIVOS E FUNCIONALISMO.....	15
1.3- O CRAS NO ESTADO DO PARÁ: BREVE CONTEXTO.....	20
1.4- OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRAS EM ABAETETUBA .....	21
<b>CAPITULO 2.....</b>	<b>25</b>
2 COMO SURTIU O PROJETO SEMENTE DO AMANHÃ: HISTÓRICO E NECESSIDADES. ....	26
3 ANÁLISE DO PROJETO SEMENTE DO AMANHÃ NO CRAS DE SÃO SEBASTIÃO EM ABAETETUBA .....	28
4 AS ATIVIDADES LÚDICAS NAS VIVÊNCIAS DO CRAS .....	29
4.1- METODOLOGIAS do dado do Amor .....	29
4.2- Atividades Lúdicas, esportivas e educativas: instrumentos para a recuperação da autoestima e da autonomia das crianças e adolescentes. ....	30
4.3- UM OLHAR DIFERENCIADO.....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) localizado na Rua Hildo Carvalho, Complexo CEU no Bairro do São Sebastião em Abaetetuba. A temática desenvolvida é As Políticas Públicas da Assistência Social: O Centro de Referência da Assistência Social de Abaetetuba e as Ações de Intervenção as Crianças e Adolescentes em Riscos e Vulnerabilidades.

Esse trabalho tem como objetivo geral investigar as práticas socioeducativas realizadas no Projeto Sementes do Amanhã através dos programas sociais do CRAS- São Sebastião juntamente com a Secretaria de Assistência Social.

Tendo como objetivos específicos Identificar através das vivências dos agentes envolvidos na pesquisa (aluno, ex-aluno, educadora social) a importância do projeto Sementes do Amanhã e como ele vem contribuindo no desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos das crianças e adolescentes.

Entende-se por metodologia o caminho pelo qual o pensamento e a prática são exercidos pela realidade. Dizia Lênin (1965, citado por MINAYO 2002, p.16) que o “ método é a alma da teoria” A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagens, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade para então fazer parte da ação criativa do investigador.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo (2002, p. 21-22):

Responde a questões muito particulares, ela se preocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis

Sendo assim, utilizamos a abordagem da pesquisa qualitativa como a metodologia da investigação. As técnicas usadas foram à análise de documentos e questionários com perguntas fechadas, entrevistas, registros fotográficos e revisão da literatura. A pesquisa foi realizada no CRAS do São Sebastião em Abaetetuba que atende pessoas em vulnerabilidade e risco social. Participaram da pesquisa 1aluno atuante, 1ex-aluno e 1educadora social, no município de Abaetetuba – PA.

Como referencial teórico utilizamos vários livros e artigos que discutem a temática em estudo, todavia, foram consideradas as contribuições de autores que vem discutindo as políticas públicas da assistência social tais como IAMAMOTO (2010), MESTRINER (2008),

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1993), ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (2009), SPOSATI (2007), YASBEK (1995), dentre outros que abordam sobre a temática.

Está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo aborda-se a questão, em uma visão mais ampla sobre a trajetória da Assistência Social no Brasil com sua contextualização histórica, inicialmente pelo caráter assistencialista, paternalista e clientelista que se expressava na forma de benesses, onde o indivíduo era assistido pela “bondade” do poder público até construirmos a Constituição Federal de 1988 onde a Assistência Social passa a fazer parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, tornando-se assim um direito.

Dentro da Política de Assistência Social temos o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que é uma unidade de proteção social básica SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, e na relação do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O segundo capítulo inicia-se com o histórico do Projeto Sementes do Amanhã a fim de trazer uma visão geral sobre a necessidade de se desenvolver um trabalho socioeducativo com crianças e adolescente com o objetivo de afasta-los dos perigos das ruas, da prostituição e das drogas. Encerrando o capítulo analisam-se os resultados obtidos através do questionário de entrevistas com perguntas abertas feitas com alunos, ex-aluno e educadora social, assim como fotos que mostram os momentos de atividades realizadas no projeto.

Ao final são apresentadas as conclusões sobre a relevância do projeto e tudo o que ele tem proporcionado às crianças e adolescentes e a comunidade em geral. É válido e importante lembrar que, de uma forma ou de outra todo sujeito é agente de um ato educativo que independe de tempo e espaço.

## CAPITULO 1

### 1 CRAS E AS AÇÕES DE INTERVENÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCOS E VUNERABILIDADES

#### 1.1- A HISTÓRIA DA ASSISTENCIAL SOCIAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.

Para maior compreensão e entendimento sobre a forma de organização da Política de Assistência social no Brasil é necessário fazermos uma análise desde o início até os dias atuais para que possamos entender como se deu esse processo de transformação.

De acordo com os dados do caderno anuário de assistência social no estado do Pará 2016, a assistência Social é marcada, em seus primórdios, por ações beneméritas efetivadas a partir de atividades voluntárias e isoladas na forma de auxílio aos pobres e desvalidos. Vale destacar que, naquele contexto, a pobreza não era apreendida “enquanto expressão da questão social”, mas “tratada como disfunção pessoal dos indivíduos” (Cadernos Cedec, 1998, p. 08).

A incorporação da agenda social ao Estado brasileiro foi moldada pelo caráter assistencialista, paternalista e clientelista que se expressava na forma de benesses, onde o indivíduo era assistido pela “bondade” do poder público. O processo de regulação da Assistência Social no Brasil inaugura-se com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, no ano 1938. Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que:

Segundo Sposati (2007, p. 19):

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponencial quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência, LBA.

Dessa forma, se deu origem ao chamado Primeiro Damismo na Assistência Social, que vem para atender as famílias em grande massa como também a ocorrência de calamidades, urgentes e fragmentadas.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi organizada em sequencia a segunda guerra mundial, na época tinha o objetivo de dar assistência “as famílias dos convocados”, e depois passou a atuar em quase todas as áreas da assistência social.

De acordo com Iamamoto Carvalho (2006, p. 251-252).

Da assistência “às famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente.

Já em maio de 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que continha na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em

caráter consultivo, seria o órgão-chave na formulação de política de ataque à pobreza. Estendeu-se a cobertura previdenciária à (quase) totalidade da população urbana e uma parte da rural, buscou-se um tratamento inovador para a área da assistência social, fugindo do caráter assistencialista e de simples complementação da Previdência Social. (MESTRINER, 2008).

Em 1980 a democratização no Brasil começa a ganhar espaço, o que ocasionou grande transformação nas áreas da política social e se consolidou ainda mais com o surgimento da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. A Assistência Social passou a ser reconhecida como um direito do cidadão e não como caridade e benesse.

A Constituição Federal de 1988 traz nos seus artigos 203 e 204, a política de Assistência Social (BRASIL, 1988, p.136-137), no Art. 203, afirma que “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social”, e tem como objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
 II- O amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Constituição Federal 1988. Art. 203)

E de acordo com o artigo 204 da referida Constituição Federal de 88, As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (Constituição Federal, 1988)

Além das diretrizes e objetivos da Assistência Social citada na Constituição Federal de 1988, também encontramos novos conceitos de direitos sociais tais como: igualdade, proteção, previdência etc. Mas que também surgiram contradições dentro desse novo cenário que segundo Mota (2010, p.184):

Somente com a constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, as necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social). [...], “Contudo, mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de contrarreformas restritivas de direitos, serviços e benefícios”. (Mota, 2010, p 184).

A Política de Assistência Social ganha status de política pública compondo o tripé da seguridade social: saúde, previdência e assistência social, de responsabilidade do Estado e direito do cidadão, de caráter democrático, com gestão descentralizada e participativa. Esse marco regulatório rompeu com a prática das ações pontuais de caráter meramente assistencialistas para a garantia de serviços continuados garantidos em lei e passíveis de serem reclamados e exigidos pelo cidadão.

Para que os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que diz respeito a assistência Social fossem regulamentados, houve a necessidade da aprovação da Lei nº 8.724/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Que a partir da sua aprovação alguns princípios foram definidos tais como: o financiamento da política de Assistência Social, diretrizes, competências e a gestão.

Segundo Yazbek (1995, p. 10).

Campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública de direitos dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passar a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos seguimentos mais empobrecidos da sociedade.

Conforme Mota (2010, p.187):

Vale ressaltar que o processo de construção e aprovação da LOAS foi acompanhada de tensões, posto que o projeto original não foi aprovado, vindo a sofrer inúmeras alterações que deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por Assistência Social.

No ano de 2009, houve a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que padronizou em nível nacional os objetivos, as provisões e as formas como devem ser ofertados os serviços socioassistenciais. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), por sua vez, foi aprovado em 06 de julho de 2011, pela Lei Federal Nº 12.435, que altera alguns dispositivos da LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência Social em todo o território nacional.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, bem como a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), regulamentada em 2005, se constituem como dois importantes marcos regulatórios por preverem a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No âmbito da valorização e qualificação dos trabalhadores e no aprimoramento dos processos e da gestão do trabalho, foi criada, em 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), sendo mais um passo importante na consolidação da PNAS.

A Política Nacional de Assistência Social traz como objetivos:

I-Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básico e ou especial para famílias, indivíduos e dela necessitam; II-Contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; III- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS/PNAS, 2004, p. 27).

Dentre os principais objetivos do SUAS, caracterizado como um sistema não contributivo, descentralizado e participativo, estão: a Proteção Social, que visa a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos; a Vigilância Socioassistencial, voltada para a análise territorial da capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos; e a Defesa de Direitos, que atua na busca de garantia do pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.27).

Diante de tudo o que podemos observa desde o início da assistência social até os dias atuais pode-se constatar que apesar das dificuldades e contradições, houve muitos avanços na política da assistência. O caminho foi de lutas e conquistas, mas os problemas sociais estão longe de serem resolvidos. Desta forma o cidadão ainda precisa lutar por seus direitos, muitas lutas a serem travadas e muitos assuntos a serem debatidos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ainda tem muitas batalhas a vencer para se aproximar do ideal, pois ainda há longos caminhos a percorrer para superar as contradições e conflitos existentes dentro da política de assistência Social.

#### 1.2- CRAS E AS AÇÕES DE INTERVENÇÃO: OBJETIVOS E FUNCIONALISMO.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, e na relação do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

A unidade pública do SUAS - Sistema Único de Assistência Social – é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no

CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados.

A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede Socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS).

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia dos demais, pois além da oferta de serviços e ações, tem como características exclusivas a oferta pública de ações sociais do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede Socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. Como informa o MDS/SNAS (2006, p.25):

O Programa de Atenção Integral à Família. (PAIF) tem por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à proteção social básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de riscos no território de abrangência do CRAS.

O trabalho social do PAIF é feito pela equipe técnica (assistente social e psicóloga) do CRAS sobre o gerenciamento da coordenadora, sendo, portanto, funções exclusivas do poder público e não privado de assistência social.

As funções do CRAS não devem ser confundidas com funções do órgão gestor da política de assistência social municipal ou do DF. Enquanto o gerente gestor municipal do DF tem uma organização do SUAS em todo o município.

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo PNAS, é o conjunto de pessoas unidas para os consangüíneos, afetivas e ou de solidariedade, a sua situação social, conforme estabelece a NOB/SUAS 2005:

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, o que demanda a articulação com as demais políticas sociais, seja na área da educação, habitação, saúde, emprego, para promover desta forma, a autonomia e emancipação de todos os membros da família. (NOB/SUAS 2005, p. 90):

Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos.

A assessoria social também é uma família como um espaço contraditório, marcado por relações, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. Nessa direção, eleger uma matriz sociofamiliar como eixo do SUAS, uma ambientação socioambiental e econômica, como composições distintas e dinâmicas próprias. Essa era a busca por uma mudança de conceito tradicional, o modelo padrão, uma medida homogênea e a evolução do conceito, o reconhecimento dos pequenos arranjos, o movimento constante, a transformação.

A compreensão da família ainda é determinada pelas formas geracionais e de gênero presentes: os conflitos e desigualdades vivenciados no âmbito familiar devem ser desenvolvidos e de forma diferenciada. Assim, o fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa do direito à convivência familiar e comunitária, as finalidades da assistência social, são um grande desafio.

Para responder a esse desafio, o SUAS é uma estrutura que busca o apoio de suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das habilidades humanas, assumindo que é fundamental que o usuário se beneficie de seus serviços e benefícios. Isto é, uma política de assistência social que só é possível tecer uma rede de proteção social ao se separar os familiares de uma situação de vulnerabilidade social e reservada mais de um membro dessa família na busca da superação dessa situação.

Um bom exemplo desta premissa é a realização de uma ação preventiva de negligência e maus tratos que teve lugar: a participação de atividades de informação e de sensibilização sobre os direitos dirigidos aos idosos é fundamental para o reconhecimento e acesso a direitos. Todavia, os cuidadores, filhas (os) e netas (os) também não foram contemplados pela ação preventiva.

É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade. (CADERNO DO CRAS\_30-9-2009.indd 13 5/10/2009).

É um domínio que se encontra como potencialidades para o combate às desigualdades. Todavia, voltar-se para o dia não significa esperar que apenas uma solidariedade e uma sinergia transfronteiriça sejam capazes de enfrentar as situações de desproteção social. Ao contrário, significa ser promovido pela política de assistência social

que torna possível, com uma boa-pensão, construir uma perspectiva de universalização da cobertura da assistência social, parte de suas particularidades e especificidades, bem como o compromisso do poder público com a oferta completa e acessível a serviços.

O CRAS materializa a presença do Estado, permitindo a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se a mobilização das forças de terra e a integração de campanhas marciais capazes de potencializar as iniciativas e os processos de desenvolvimento social. A integração de políticas, por sua vez, é potencializada pela clareza de objetivos e pela definição de diretrizes governamentais.

A democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e o aprimoramento permanente dos serviços socioassistenciais ofertados no CRAS ainda devem ser garantidos para o processo de participação nos processos de avaliação dos serviços da unidade, seja por meio da realização de reuniões com os usuários ou fóruns com representantes das famílias referenciadas e da rede socioassistencial local.

A política de ações da assistência social está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 203, onde está assegurado a quem as ações assistenciais serão prestadas, declara:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.(CONSTITUIÇÃO FEDERAL 2008,secção IV, artigo 23, inciso I a V)

Além da constituição as ações da assistência social também estão asseguradas na Lei Federal nº 8.742 (LOAS) e outras normas regulatórias; que preveem uma política social pública não contributiva e que compõe o rol das políticas da seguridade social.

A Lei Orgânica 8.742 da Assistência Social (LOAS), que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos, retrata no seu capítulo I, artigo 2:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção Federal nº 8.742, LOAS 2005)

Na cessão I, inciso IV da Lei Orgânica da assistência que retrata dos princípios, assegura que: “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais. ”

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como parte da política de assistência social, também está direcionado para os princípios e as diretrizes de programação na LOAS. Assim, como na NOB-SUAS 2005 que representa o marco de concretização do SUAS, está sujeito a todas as diretrizes da Lei Popular 8.742/93.

Um dos trabalhos do assistente social (Psicólogos) dentro do CRAS surgiu a partir da necessidade do desenvolvimento das potencialidades sócio territoriais das famílias atendidas. O assistente social, através do trabalho social realizado permite e tem como objetivo final a emancipação da família/usuário. No CRAS toda a dinâmica de trabalho tem centralidade na família, o que exige desse profissional a capacidade de reconhecimento da estrutura familiar como berço de desenvolvimento do indivíduo como ser ativo, participativo e seguro de si e dos seus direitos.

Uma equipe completa para o encaminhamento das atividades dentro do espaço do CRAS é formada por 05 profissionais: 01 gerente (coordenador), 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 02 auxiliares administrativo, 05 educadores sociais, 01 técnica de referencia, 01 porteiro e 02 auxiliares de serviços gerais.

A rotina institucional está estabelecida num cronograma pré-estabelecido pela equipe profissional, que divide dias para: atendimento individualizado, atendimento coletivo, atendimento domiciliar, atendimentos a grupos e convivência, reuniões comunitárias, capacitações e palestras para a rede socioassistencial e para o público assistido.

O cronograma é flexível, visto que surgem demandas não previstas e que às vezes requerem a sua reorganização, através do trabalho de atenção e vigilância socioassistencial aos SCFV, Grupo de convivência com idosos, e grupo de grávidas. As principais demandas acompanhadas dentro do processo de estágio supervisionado são: solicitação de auxílio medicamentoso, auxílio alimentício, auxílio para (tratamento fora do domicílio) TFD, solicitação para acompanhamento domiciliar, ré encaminhamento para outras políticas setoriais.

As intervenções realizadas durante o atendimento das demandas foram no sentido de orientar/esclarecer, e principalmente, promover o acesso das famílias usuárias as demais áreas públicas para a garantia dos direitos socioassistenciais. Dentre as demandas acompanhadas, aquelas consideradas mais relevantes foram: acompanhamento domiciliar de famílias assistidas pelo CRAS. Nos acompanhamentos domiciliares pode ser observada a necessidade

das famílias de intervenção profissional na parte afetivo relacional, onde são vista famílias com vínculos totalmente fragilizados e desestruturados. Em seguida, dá-se a solução encontrada/promovida pelo assistente social supervisor de campo, e estas são orientadas e encaminhadas para acesso e satisfação das necessidades materiais.

### 1.3- O CRAS NO ESTADO DO PARÁ: BREVE CONTEXTO

O Anuário da Assistência Social do Pará apresenta uma breve análise da política de Assistência Social no Estado do Pará, onde descreve como o SUAS organiza a Política de Assistência Social a partir de dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (esta nos níveis de média e alta complexidade), assim como a oferta de Benefícios Assistenciais direcionados a públicos específicos, articulando-os aos serviços prestados. No estado do Pará, a efetivação das diretrizes da Política de Assistência Social relativas ao comando único das ações se operacionaliza por meio da Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), na garantia do funcionamento da Comissão Inter gestores Bipartite (CIB), na realização do monitoramento e assessoramento nos 144 municípios e no fortalecimento da gestão municipal. No âmbito da participação popular e do Controle Social, a SEASTER tem cinco conselhos vinculados: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI), Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CEPD) e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS), visando garantir o funcionamento desses e a realização das respectivas Conferências Estaduais, efetivando, conforme determina a legislação vigente, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política. Considerando o cenário exposto e a importância da Assistência Social para a garantia de direitos sociais e combate às diversas fragilidades sociais.

Desse modo, organizam-se em três principais itens, quais sejam: a Proteção Social no âmbito do SUAS, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. O primeiro item introduz a organização da política de Assistência Social a partir da legislação vigente. O segundo apresenta a Proteção Social Básica, seus serviços, benefícios e o equipamento de efetivação de suas ações, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e como estão distribuídos no território paraense. O terceiro discorre sobre a Proteção Social Especial nos dois diferentes níveis (média e alta complexidade); apresenta os serviços tipificados nacionalmente, quais estão em execução no estado e o qual o público alcançado por eles.

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é o sistema governamental responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. E é por meio dos atendimentos que o Cras realiza com as famílias em situação de extrema pobreza, que elas passam a ter acesso a serviços como cadastramento e acompanhamento em programas de transferência de renda.

O principal serviço ofertado pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Dentre os objetivos desse serviço estão a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais. As ações são todas implementadas por meio de trabalho de assistência social, além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o Cras possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Já nos municípios, entretanto, como se vem verificando, os papéis tendem a se confundir, pois os órgãos executores da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, principalmente no que diz respeito às medidas protetivas, são os mesmos responsáveis pela execução dos programas e ações de assistência social. A questão que se coloca é: como distinguir as duas situações? A aplicação das medidas oriundas dos Conselhos Tutelares e da Justiça da Infância e da Juventude estão sob a responsabilidade do ECA e de suas instituições executoras de sua parte especial (Conselhos Municipais e Tutelares). As crianças atendidas fora dessas situações são casos de assistência social.

#### 1.4- OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRAS EM ABAETETUBA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) veio substituir, ao mesmo tempo, o antigo Código de Menores e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Ele representa a incorporação, na Constituição e nas leis brasileiras, do conteúdo e do espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Não se trata de uma lei para um segmento específico da infância e da juventude brasileira. Ao contrário, trata-se de uma legislação que abrange o conjunto das crianças e dos adolescentes do Brasil. A doutrina que preside a elaboração do Estatuto é a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas, que no seu artigo .... Diz: *“Todos os direitos para todas as crianças.”*

Como muitas entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente são programas de natureza assistencial, não há impedimento de que eles sejam registrados, ao mesmo tempo, nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e nos Conselhos

Municipais de Assistência Social. Por que isso ocorre? Porque, nos níveis estaduais de governo, frequentemente as medidas protetivas estão ligadas à secretaria responsável pela execução da LOAS, enquanto as medidas socioeducativas estão afeitas às áreas de justiça e/ou da defesa social. Essa é uma situação que varia entre as diversas unidades federadas. Não existe, ainda, um consenso nacional a esse respeito.

A responsabilidade do registro das entidades deve ser de iniciativa da própria entidade e não do Conselho Municipal. Este registro deve ser feito conforme o regime ou os regimes de atendimento praticados pela entidade. Tendo como objetivo o mapeamento dos recursos disponíveis na rede local de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, principalmente no que se refere à execução das medidas protetivas e socioeducativas.

As relações entre o ECA e a LOAS devem ser elucidadas pelos respectivos Conselhos Nacionais, por meio de normas infra legais que regulamentem as práticas cotidianas no nível dos Estados e das municipalidades. Devemos admitir que, no momento, existe uma zona cinzenta na aplicação prática das duas leis. Isso, no entanto, pode ser resolvido com normas claras, que estabeleçam critérios de convivência entre as legislações nos diversos níveis da federação: União, Estados e municípios.

O CRAS é uma Unidade Básica de Assistência Social, ou seja, um equipamento público responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica no âmbito do SUAS. A principal premissa do CRAS é a oferta de serviços que possam fortalecer os vínculos das famílias e auxiliá-las a desenvolverem sua autonomia, apoiando-as para que superem eventuais dificuldades e acessem mais facilmente os direitos sociais. Conforme as Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), órgão responsável pela Assistência Social em âmbito federal, é de suma importância implantar o CRAS em territórios em que haja maior vulnerabilidade, justamente para facilitar o acesso da população desses territórios aos serviços ofertados. Em municípios com população inferior a 50 mil habitantes, admite-se que a unidade esteja situada nas áreas centrais, pois facilita o acesso de todos os usuários referenciados.

Além das categorias profissionais, que prestam atendimento às famílias e compõem a equipe de referência, o CRAS pode contar com uma equipe adicional chamada de equipe volante, que se integra a uma unidade em funcionamento e tem por objetivo prestar serviços em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso. Dentre as atividades desenvolvidas pelo CRAS, destacam-se a acolhida, o atendimento/ acompanhamento, o encaminhamento para a rede de proteção social, as oficinas com as famílias atendidas e o apoio na garantia de direitos de cidadania, de convivência familiar e comunitária.

Essas ações materializam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que é o serviço central da Proteção Básica. Além disso, as ações realizadas no CRAS objetivam o fortalecimento da comunidade, incentivando sua mobilização e ofertando benefícios; buscam disponibilizar serviços próximos ao local em que as famílias residem; estão em parceria com outras políticas públicas e encaminham os cidadãos a outros órgãos, quando as situações enfrentadas não podem ser resolvidas.

Sabemos que o espaço de atendimento do CRAS tem como objetivo prevenir que ocorra situação de risco social, fazendo isso através do desenvolvimento e monitoramento das famílias (com atividades que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais). E quais serão essas situações de riscos sociais? Falaremos aqui um pouco de cada situação de risco:

- **VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:** É imprescindível que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes seja percebida e tratada como uma questão pública, pois necessita não apenas do aparato jurídico policial, como também dos serviços de assistência social e de saúde, para que, dessa forma, seja possível retirar esta situação problema do âmbito exclusivamente privado para torná-la uma questão pública, potencializando assim as ações de enfrentamento da mesma. De acordo com os dados do caderno e no município de Abaetetuba 41,5% dos casos em relação registrados, constatou-se a recorrência em relação ao ano de 2014 da disparidade entre o número de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar do sexo masculino (62,4%) em relação às do sexo feminino (37,6%).
- **A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE:** ocorre quando os mesmos são utilizados como objetos de satisfação dos desejos sexuais de um adulto, causando-lhes assim danos físicos, psicológicos, emocionais e sociais, ao considerar que a criança e o adolescente não possuem maturidade plena nem independência emocional para consentirem o ato sexual, permitindo inferir assim que tal ato ocorrera por conta de algum tipo de coerção psicológica ou física.
- **VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO:** A negligência se configura quando os pais não respondem adequadamente às necessidades de seus filhos ou mesmo não buscam ajuda junto a quem pode fazê-lo, porque não têm disposição ou capacidade psicológica para cuidar da criança. Nos termos da Organização Mundial de Saúde (OMS), maus tratos e negligência são uma ação única ou repetida, ou a ausência de uma ação devida, que causa angústia ou sofrimento, e que ocorre em uma relação em que haja expectativa de confiança.

- **SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL:** O artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”, permitindo ao adolescente a partir dos 14 anos de idade o trabalho na condição de aprendiz, dispostas nos artigos 423 a 424 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde se define requisitos como a matrícula e a frequência à escola, duração determinada, dentre outros. Em 2014, O Sistema de Proteção Social Especial de Média Complexidade no estado do Pará atendeu 1.210 casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 52,9% de vítimas do sexo masculino contra 47,1% do sexo feminino.
- **ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO:** O Sistema de Proteção Social Especial de Média Complexidade inclui também o atendimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC), que visa o acompanhamento de adolescentes e jovens que estejam cumprindo tais medidas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social destes indivíduos. Em 2014, foram registrados 7.845 atendimentos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e 4.311 atendimentos em medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
- Dentre os casos atendidos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, 54,8% ocorreram na RI Guajará, merecendo destaque os municípios de Belém e Ananindeua, que registraram o atendimento de 49,1% e 47,1%
- **VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR (Física, Psicológica e/ou sexual):** O Ministério da Saúde (2001) define a violência intrafamiliar como toda ação ou omissão que interfira no bem-estar, na integridade física, psicológica ou na liberdade e no direito ao desenvolvimento de outro membro da família.

Diante desse contexto é que foi primordial a implementação do CRAS no município de Abaetetuba, sendo que o CRAS São Sebastião foi o primeiro a ser implementado devido ao grande índice de violência e elevado número de crianças e adolescentes em estado vulnerável. Hoje a cidade conta com 06(seis) CRAS distribuídos nos bairros: angélica, algodoal, São Lourenço, são Sebastiao, Beja, e quilombolas. Entretanto, frisarei as atividades desenvolvidas no CRAS do bairro São Sebastião onde foi meu núcleo de pesquisa.

O CRAS de São Sebastião está situado na Rua Hildo Carvalho, Complexo CEU, foi implantado no dia 30/11/1995 e desde então vem desenvolvendo um trabalho através de medidas socioeducativas que tem proporcionado a esses indivíduos que participam do projeto mudanças de comportamento, afastando-os da violência, das drogas, da prostituição, possibilitando um novo olhar para essas crianças e adolescentes para que possam refletir e transformar a sua própria realidade.



Figura 1 Fonte: arquivos da unidade do CRAS do São Sebastião

## Capítulo 2

### **2 COMO SURTIU O PROJETO SEMENTE DO AMANHÃ: HISTÓRICO E NECESSIDADES.**

O bairro de São Sebastião surgiu em detrimento da busca histórica de trabalhadores da região do baixo Tocantins de fora do estado do Pará, que vieram em busca de um salário digno, estabilidade e melhores condições de vida, o que se tornou palpável no ponto de vista de muitas famílias que saíram de seus locais de origem e chegaram a Abaetetuba através de uma oportunidade de emprego com a implantação do Projeto ALBRAS /ALUNORTE.

Estruturalmente a cidade de Abaetetuba não estava preparada para receber um fluxo migratório tão grande, como aconteceu, e a área que hoje se localiza o bairro foi ocupada desordenadamente, a ausência do poder público, a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso, contribuíram para o isolamento social das pessoas que ocuparam o território do bairro, pois o único acesso se dava somente através de pontes improvisadas.

Esse “isolamento social e físico” trouxe uma série de consequências negativas, e a primeira foi o pré-conceito com as pessoas que ali viviam, pois parecia que o bairro recém-ocupado não fazia parte do município isso contribuiu ainda mais para o isolamento das pessoas que ali moravam. A realidade de saber que não havia emprego no projeto ALBRAS/ALUNORTE para todas as famílias fez com que as mesmas buscassem novas formas de subsistência como a economia informal popularmente conhecido no município com “marretagem”.

A busca da comunidade por melhorias fez com que o poder público começasse a se fazer presente através de obras como a construção de escolas, unidade de saúde, pavimentação de ruas e construção de pontes, derrubando a barreira física, mas os problemas sociais que vinham se fortalecendo através dos anos explodiram, com o surgimento das gangues que o dividiram ao meio e novamente o isolaram do resto do município de Abaetetuba só que dessa vez a barreira não era física e sim social.

Após anos de relatos de crimes bárbaros que envolviam em sua maioria jovem, adolescente, o poder público tenta novamente entrar no bairro no ano 1995 com a construção do CRAS- São Sebastião que atuaria na prevenção e garantia de direitos.

A implantação do CRAS- SÃO SEBASTIÃO foi um avanço para a população, pois foi o 1º CRAS a ser inaugurado no município de Abaetetuba. Sendo o único com prédio próprio, constituindo-se como porta de entrada dos usuários na Rede de Proteção Social Básica – PSB, do Sistema Único de Assistência Social - SUAS atuando como referência e contra referência na comunidade. O CRAS atende famílias em situação de vulnerabilidade social.

A partir da necessidade de se desenvolver um trabalho de prevenção com as crianças do bairro que viviam a metade do dia na ociosidade, vagando pelas ruas, vulneráveis aos abusos, a violência, as drogas, com a parceria entre o Centro de Referência da Assistência Social-Cras São Sebastião e a Escola Zaide Cardoso surgiu o projeto de extensão denominado “SEMENTES DO AMANHÃ”.

O projeto Sementes do Amanhã, foi pensado e elaborado por duas professoras que na época trabalhavam no cras, hoje apenas uma continua desenvolvendo as atividades, o projeto busca desenvolver um trabalho complementar, visando aumentar a prevenção, a proteção e a autoestima, fortalecendo os laços com a comunidade, trazendo um novo olhar sobre a noção de deveres e direitos de cada um, com o objetivo também de formar nessas crianças e adolescentes, as bases de uma cidadania consciente, crítica e participativa. No que diz respeito ao perfil do público alvo abrangem crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos de idade, O projeto Semente do amanhã relata que:

Dessa forma, percebemos a necessidade de desenvolver um projeto que venha contribuir na formação psicossocial dessas crianças e adolescentes, a fim de incluí-las socialmente por meio de atividades realizada em grupo, organizadas a partir de percursos de modo a garantir aquisições progressivas de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir ocorrências de situações de risco social, bem como organizar-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (PROJETO SEMENTE DO AMANHÃ).

Dentre os objetivos do projeto ressaltam-se o desenvolvimento de um trabalho, socioeducativo que proporciona às crianças e adolescentes a compreensão da importância de vivenciar valores e princípios na convivência familiar, grupal e social, relacionando direitos e deveres, como foco de prevenção e proteção.

O projeto possibilita a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimula o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e talentos, e propicia sua formação cidadã.

Para o alcance dos objetivos propostos no projeto utiliza-se:

Como estratégia a Arte de Amar de CHIARA LUBICH. Caracteriza-se por meio de ações que tem como base a palavra AMAR com o significado de estar a serviço, é uma arte formada por seis pontos fundamentais. Apresentado como dado do amor: Amar a todos, ser o primeiro a amar, vê Jesus no outro, fazer-se um, amar o inimigo e amor recíproco. Baseado na concepção teórico-prático segundo a qual a incorporação de valores como amor ao próximo, o diálogo, a solidariedade recíproca constituem o fundamento de novo olhar sobre a educação.(Projeto Sementes do Amanhã)

No que diz respeito à metodologia desenvolvida a qual enfatiza a importância dos valores e princípios tanto familiar como grupal, aproximando o projeto com a realidade social dessas crianças e adolescentes.

Entendendo que essa concepção nos leva a pensar a educação para a fraternidade universal revelando à humanidade esse grande projeto político de ser uma só família, no respeito às diversidades culturais. As ações buscam valorizar as experiências que as crianças e adolescentes trazem de casa e torna-las ponto de partida para o conhecimento de sua realidade. São ações que procuram envolver os educandos para levá-los a colocar em prática valores e educá-los para a importância dos mesmos na convivência humana. Esse método proporciona diferentes ações: educativas, artística, cultural, esportiva e de lazer, obtendo uma convivência de respeito e **comprometimento com o processo, proporcionando a criança e o adolescente discutir questões ou problemas vivenciadas em família, na escola e no próprio espaço, focando suas necessidades: Nessa perspectiva o educador estará atento em aceitar a abordagem crítica e consciente, dialogando sem visar respostas definitivas.**(Projeto Semente s do Amanhã)

Entendemos dessa forma que o projeto tem ajudado sobremaneira no fortalecimento dos vínculos tanto familiares como sociais, pois permite as crianças e adolescentes mudanças de comportamento afastando-as da violência e das ruas, permite refletir sobre as transformações da sua realidade, ampliando seus horizontes sociais e culturais, oferecendo possibilidades para que construam um espaço de bem estar na sociedade.

### **3 ANÁLISE DO PROJETO SEMENTE DO AMANHÃ NO CRAS DE SÃO SEBASTIÃO EM ABAETETUBA**

O projeto Sementes do Amanhã, partiu do desejo de duas professoras que na época trabalhavam no cras, ao observarem que no bairro havia muitas crianças em situação de risco e vulnerabilidade social que viviam na ociosidade, o que despertou o interesse das mesmas em desenvolver atividades socioeducativas com as crianças e adolescentes que no ano de 2009 juntamente com a Secretaria de Assistência Social iniciaram o trabalho, a fim de afastar as crianças das ruas, que estavam expostas aos perigos de violência, abuso sexual e uso de drogas. O projeto iniciou com uma proposta de atender 50(cinquenta) crianças e adolescente, sendo 25(vinte e cinco) no turno da manhã e 25(vinte e cinco) no turno da tarde, sendo que esse número sempre é ultrapassado pelo fato de ter outras demandas que são referenciadas por outras instituições tais como: conselho tutelar, Ministério público, CREAS, etc. Hoje o projeto tem uma lista de espera de mais ou menos 25(vinte e cinco) crianças.

As atividades desenvolvidas tem caráter complementar que visa aumentar a prevenção, a proteção e a autoestima, permite o fortalecimento tanto familiar como o comunitário, tem como objetivo formar nessas crianças e adolescentes, a base de uma cidadania consciente crítica e participativa.

Neste capítulo discutiremos sobre as ações desenvolvidas no projeto sementes do amanhã e qual as suas contribuições a partir de diferentes olhares, e o que trouxe de êxito na vida das crianças e adolescentes que são atendidas pelo projeto.

Para análise sobre a eficácia do projeto aplicamos um questionário para um melhor conhecimento dos objetivos do mesmo. Participaram da coleta de dados 01(um) educadora social 01(um) ex-aluno e 01(um) aluno atuante.

Quando referimos aos entrevistados (alunos) a seguinte indagação: Você achou (acha) importante participar do projeto Semente do Amanhã? Obtivemos as seguintes repostas:

**EX-ALUNO:** “Sim, pois o projeto me ajudou a conhecer e respeitar valores, limites que eram transmitidos a cada aula, além das atividades em equipe e individuais”.

**ALUNO:** “Sim muito, eu gosto das brincadeiras que nós fazemos com a Ana Alice que é umas das melhores professoras do CRAS, ela ensina muitas coisas para nós, como os valores, o respeito ao próximo. Ela é uma ótima professora”.

Diante das falas dos entrevistados percebemos que os educandos tem conseguido absorver os ensinamentos transmitidos e como tem feito a diferença no seu convívio com as pessoas, pois passaram a conhecer e respeitar valores, que apesar de tantas dificuldades conseguem fazer ao próximo o que gostaria que fizesse a você, dessa forma o projeto tem alcançado seu objetivo que é de proporcionar às crianças e adolescentes a compreensão da importância de vivenciar valores e princípios na convivência familiar, grupal e social, relacionando direitos e deveres, como foco de prevenção e proteção.

## 4 AS ATIVIDADES LÚDICAS NAS VIVÊNCIAS DO CRAS

### 4.1- METODOLOGIAS DO DADO DO AMOR

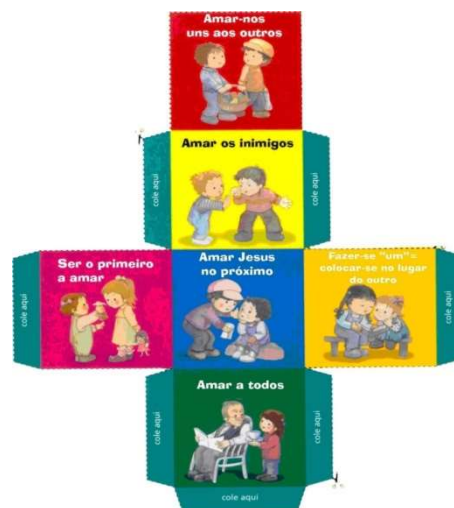
As atividades que são desenvolvidas no projeto semente do amanhã tem caráter complementar que visa desenvolver a proteção, a prevenção e a autoestima, ao início de cada aula a professora utiliza como estratégia:

A **Arte de Amar** de CHIARA LUBICH. Caracteriza-se por meio de ações que tem como base a palavra **AMAR** com o significado de **estar a serviço**, é uma arte formada por seis pontos fundamentais. Apresentado como dado do amor: **Amar a todos, ser o primeiro a amar, vê Jesus no outro, fazer-se um, amar o inimigo e amor recíproco. (Projeto Sementes do amanhã).**

Uma das atividades lúdicas desenvolvidas no projeto ,que vem demonstrando uma eficácia diante dos objetivos propostos no projeto , é o dado do amor. Como mostra a figura abaixo.

### DADO DO AMOR

O jogo inicia com a escolha da mensagem do dado do amor por uma criança, que jogará o dado para o alto e o lado que cai é a mensagem daquela manhã ou tarde de atividade, e o educador explica o significado da mensagem e todas as crianças vão se esforçar para fazer a experiência com aquela mensagem, sendo que o primeiro local de experiência é dentro dos espaços que o projeto é desenvolvido. Depois as crianças são convidadas a vivenciar a mensagem nas suas residências com seus familiares, nos espaços escolares que participam e em qualquer outro lugar que as crianças convivem.



Após essa etapa do jogo nos espaços externos sobre a mensagem do amor, também utiliza-se as brincadeiras coletivas, onde cada criança tem a oportunidade de praticar sua experiência feita com o dado do amor, que faz parte da “Arte de amar” de Kiara Lubick que é muito importante porque ensina as crianças a terem bons comportamentos diante de tanta dificuldade.

Todas as crianças memorizam a mensagem e são capazes de fazer o ato de amor, que são atitudes, gestos que ajudam de forma positiva tanto para a criança que pratica como para quem recebe então essa parte é bastante frisado no projeto.

#### 4.2- ATIVIDADES LÚDICAS, ESPORTIVAS E EDUCATIVAS: INSTRUMENTOS PARA A RECUPERAÇÃO DA AUTOESTIMA E DA AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O trabalho desenvolvido no decorrer do projeto dá-se da seguinte forma: primeiro inicia com a acolhida e oração Universal, em agradecimento pelo dom da vida, que na minha compreensão é mais muito importante independente de religião, trata-se de seres humanos indefesos que necessitam acreditar na vida.

Depois realiza-se o trabalhado com temáticas que é fruto do plano de ação realizado no CRAS junto com a equipe técnica e demais colegas (Ed. Sociais) exceto o pedagogo que não tem no cras. E por meio desse plano de ação cada Ed. Social desenvolve por meio de pintura, teatro, dança atividades individuais, relacionado com o tema para aquele dia.



Figura 2

Fonte: Projeto Semente do amanhã.

Essa metodologia proporciona as crianças e adolescente um momento de muito aprendizado, pois permite a incorporação de valores tais como: amor ao próximo, diálogo, solidariedade. O projeto trabalha com varias atividades tanto as educativas, como também artísticas de esporte e de lazer, por meio dessas ações os educandos são instigados a colocar em pratica os valores que aprenderam dentro do seu ambiente tanto familiar, como também na escola e outros ambientes que convive.



Figura 3

Fonte: Projeto Semente do amanhã.

E diante da coleta de dados por meio do questionário, indagamos aos entrevistados sobre essas as atividades desenvolvidas no projeto, se foram satisfatórias ou não na vida de cada entrevistado, obtivemos as seguintes respostas:

**EX-ALUNO:** “Algumas atividades sim, pois faltava mais investimento pedagógico, cursos, treinamentos, reforço escolar, feiras de exposição dos trabalhos feitos no projeto”.

**ALUNO ATUANTE:** “Sim, ainda mais quando a gente faz festinha para comemorar cada dia especial de cada mês. Nós fazemos muitas atividades divertidas com a professora”.

No que diz respeito às atividades observamos que são diferenciadas, mas que também poderia ser ainda melhor se direcionada por um pedagogo que é o profissional que cuida da parte pedagógica, quando analisamos a fala da ex- aluna percebemos que apesar de gostar das atividades também vê a necessidade de um maior investimento, no entanto o projeto tem cumprido com seu papel no que se refere a sua metodologia, mas necessita de mais apoio e investimentos da Secretaria de Assistência Social em mandar um profissional habilitado para estar direcionando as oficinas, as palestras e juntamente com a professora trazer uma nova ressignificação ao projeto.

O objetivo principal do projeto é proporcionar às crianças e adolescentes a compreensão da importância de vivenciar valores e princípios na convivência familiar, grupal e social, relacionando direitos e deveres, como foco de prevenção e proteção. Permitindo dessa forma que os mesmos possam ter um novo olhar sobre a educação e a importância de se respeitar as diferentes formas de diversidades culturais.

No que se se refere à contribuição que o projeto trás para a formação do educando quanto pessoas de direitos e deveres, responderam que:

**EX-ALUNO:** “Sim, pois aprendi a respeitar os valores que contribuiu no que sou, através do projeto tive a oportunidade de participar de grupos de dança, teatros, que foram essenciais para conquista de amigos, conheci vários lugares e tive a oportunidade de fazer várias apresentações em publico”.

**ALUNO ATUANTE:** “Sim, aprendi a cuidar dos nossos semelhantes que são as pessoas com quem convivemos, nossos parentes e amigos, aprendi os valores o que me ajudam bastante na minha convivência com as pessoas”.

Há quase dez anos que esse trabalho vem sendo desenvolvido através do projeto Semente do Amanhã, diante de tudo que temos observado percebemos que as contribuições que o projeto trás para esses educandos é muito positiva, pois tem formado cidadãos de autonomia, capazes de mudar a sua realidade, apesar das lutas diárias que enfrentam eles conseguem agir e ter um novo olhar sobre a sua existência o que juntamente com o trabalho que vem sendo desenvolvido no projeto se torna uma ferramenta de grande valia para aqueles que buscam o seu lugar na sociedade, as falas dos entrevistados são bem pertinentes quando

relatam um pouco da sua convivência no projeto e como conseguiram dar um novo significado para as suas vidas.

#### 4.3- UM OLHAR DIFERENCIADO

Formada em Serviço Social e História, a professora já trabalha no Projeto Semente do Amanhã há quase dez anos, foi umas das autoras juntamente com sua colega que hoje não faz mais parte do quadro de funcionários do cras, nos momentos de conversa percebemos o quanto a professora busca dar o seu melhor em prol dessas crianças e adolescentes, a mesma nos relata que muitas são as dificuldades, sendo que não tem no espaço um profissional responsável para estar orientado e buscando novos meios e recursos para o bom andamento do trabalho.

Sendo assim a professora descreve a importância do trabalho com o grupo de crianças que participam do projeto Sementes do Amanhã, no intuito de incentivar para a promoção da sua autonomia.

É relevante, quando se percebe que muitas crianças conseguiram fazer escolhas em suas vidas, como perdoar sua mãe que o tinha abandonado, quando elas se dispõem a fazer o bem ao outro, quando várias crianças mudam seu comportamento na casa, na escola, isso é a certeza de que estamos conseguindo alcançar os objetivos do projeto que é proporcionar às crianças e adolescente a importância de conviver bem em sociedade. (Professora Educadora Social)

O Estatuto da criança e do Adolescente em seu artigo 53 diz que “A criança e o Adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]”.

Diante do Estatuto da criança e do Adolescente existe a preocupação de fazer valer a lei, dessa forma o Projeto Sementes do Amanhã vem contribuindo para que as crianças tenham de fato um desenvolvimento tanto nos seus aspectos: físico, intelectual e social. Incentivando no bom desempenho escolar, o que é um dos requisitos para que os mesmo participem do projeto.

Quando indagamos a educadora social sobre os resultados que o projeto trás na vida de cada participante (crianças e adolescentes), em sua fala, ela afirma que o projeto age de maneira positiva na vida das crianças e adolescentes, trazendo resultados eficazes.

O projeto tem como objetivo buscar resultados que fazem a diferença na vida dessas crianças e adolescentes para seguirem suas vidas com uma boa base de conhecimento, ensinamentos que são fundamentais para a vida, com tantas dificuldades que enfrentam no dia a dia. Um dos resultados mais eficazes é quando uma criança muda seu comportamento de fazer para o outro aquilo que gostaria que fizesse para você, de respeitar o outro e de conseguir fazer o bem em qualquer lugar que estejam. E a certeza maior é que o projeto sementes do Amanhã ser objeto de estudo, por uma graduanda da turma de pedagogia da ufpa, que teve a oportunidade

de acompanhar de perto esse trabalho, o que é mais um resultado positivo de ser destacado em trabalho científico, e também conhecer um pouco mais da pedagogia que ultrapassa os muros da escola, uma pedagogia que pode ser desenvolvida fora dos espaços escolares, tendo possibilidades de resultados muito bons.

Atualmente, o projeto acima mencionado encontra-se desgastado, pois apesar de trazer uma boa proposta, a batalha é árdua para que todos os dias em que o projeto é desenvolvido os alunos sejam contemplados com conhecimentos que serão capazes de transformar suas vidas e diante das dificuldades e falta de apoio governamental muitas são as batalhas travadas para que o mesmo aconteça. Através do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) o trabalho de atendimento com as famílias é realizado através de reuniões e palestras direcionadas, quando é diagnosticada alguma situação de vulnerabilidade é feito um atendimento individual, dessa forma procura-se incentivar a participação dos pais na vida dos filhos, pois essas famílias passam a ser conhecedoras de todas as etapas, tanto nos trabalhos realizados como também dos resultados alcançados. Esse elo entre famílias e o cras tem fortalecido o trabalho, sendo capaz de trazer cada vez mais resultados positivos para todos aqueles que têm a oportunidade de participar desse espaço de produção e socialização de saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa realizada, que teve como marco de referência investigar: as políticas públicas da assistência social: O Centro de Referência da Assistência Social de Abaetetuba e as ações de intervenção às crianças e adolescentes em riscos e vulnerabilidades. Tendo como objetivos Analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas no projeto semente do amanhã no cras do São Sebastião em Abaetetuba.

Podemos observar que o Projeto Sementes do Amanhã cumpre uma função socioeducativa salutar na vida das crianças e adolescentes de 07(sete) a 14(quatorze) anos atendidos, principalmente por ressignificar, por meio de vários recursos e procedimentos a importância de vivenciar valores e princípios na convivência familiar, grupal e social, relacionando direitos e deveres, como foco de prevenção e proteção.

Além da análise do projeto, tivemos um acervo de informações primordiais nas falas dos participantes (aluno/ ex - aluno/ educadora social) que nos permitiram um olhar mais profundo da eficácia do projeto na vida dessas crianças em situação de riscos e vulnerabilidades.

O referido projeto atende crianças e adolescente em risco de vulnerabilidade social, mas devido a sua grande procura tem buscado acolher a todos que solicitam. Por meio das atividades desenvolvidas que visa fortalecer nas crianças e adolescentes a prevenção, a proteção e a autoestima.

É importante ressaltar que o projeto Sementes do Amanhã tem muitos pontos positivos visto que, tem proporcionado a essas crianças e adolescente um novo olhar sobre sua realidade, despertando nos mesmos o resgate dos valores tais como: união, respeito as diferenças, amor ao próximo, solidariedade, amizade entre outros. Incentiva as crianças e adolescentes a expressarem suas opiniões tornando-os indivíduos críticos e participativos capazes de agir e transformar suas realidades.

Durante a pesquisa de campo observamos a falta do profissional da pedagogia (pedagogo) dentro do ambiente do cras (Centro de Referência da Assistência Social), sendo que o papel desse profissional é de extrema relevância, visto que, o pedagogo pode atuar em vários espaços a fim de contribuir com as práticas sociais referentes às demandas socioeducativas. Destacamos também a necessidade de investimentos em infraestrutura e tecnologia para que a equipe envolvida tenha melhores condições de trabalho.

Portanto, a educação praticada nesses ambientes não escolares, ainda precisa de um olhar mais atento e diferenciado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

**Básica de Recursos Humanos: NOB/RH.** Brasília. Dez. 2006.

**Básica: NOB/SUAS.** Brasília, Jul. 2005.

BRASIL. **Constituição Brasileira 1988.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

Brasil. Estatuto da criança e do adolescente (1990) de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.92 p.

Estatuto da criança e do adolescente : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242,

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) **Anuário de Assistência Social do Estado do Pará, 2016. - Belém, 2016. 91 f.: il citação referencial).**

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2006.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS Lei 8742, de 07.12.1993  
[https://univale.br/central\\_arquivos/arquivos/lei-organica-da-assistencia-social.pdf](https://univale.br/central_arquivos/arquivos/lei-organica-da-assistencia-social.pdf) acessado em 22 de março de 2018 as 21: 04

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 3. Ed. São Paulo. Cortez, 2008.

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 21ª edição, Petrópolis, Saraiva, 2002.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: Ensaio Sobre Estado, Política e Sociedade.** 4 ed. São Paulo: Cortez 2010.

Municipais de Assistência Social. Agosto/2000  
<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/4a46f022-05a3-4410-9627-6c9151ca6621.pdf> acessado dia 22 de março de 2018 as 22 h

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Texto produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social brasileira nos anos 90**: a refileantropização da "Questão Social". Cadernos ABONG, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.

**ANEXOS****QUESTIONARIO FEITO COM ALUNO E EX ALUNO.**

1- Qual o seu nome e sua idade?

---

---

2- Você achou importante participar do projeto Semente do Amanhã?

---

---

---

---

---

---

---

3- Você acha as atividades desenvolvidas no projeto satisfatória?

---

---

---

---

---

---

---

4- Como você avalia o tempo que participou do projeto sementes do amanhã?

---

---

---

---

---

---

---

5- Você acha que o projeto contribuiu para sua formação, em que sentido?

---

---

---

---

---

---

---

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO FEITO COM A EDUCADORA SOCIAL**

1 – Qual a sua formação?

---

---

2 – Há quanto tempo trabalha no CRAS São Sebastião?

---

---

3 – Qual a relevância do trabalho do Educador social com o grupo de crianças que participam do projeto Sementes do Amanhã na promoção da sua autonomia?

---

---

4 – Você acredita que o Projeto Sementes do Amanhã traz resultados eficazes na vida das crianças e adolescentes?

---

---